



Financiado pela União Europeia



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO - **Abraão Veloso**

TEXTOS E GRAFISMO - **Luísa Rodrigues**

A ajuda da União Europeia ao desenvolvimento

A União Europeia e os seus Estados-Membros são o maior doador de ajuda do mundo, distribuída por cerca de 150 países, que vão do Afeganistão ao Zimbabué. A ajuda europeia ao desenvolvimento (a maior parte destinada aos países menos desenvolvidos e de baixo rendimento) representa mais de metade da ajuda pública mundial. Em conjunto, a União Europeia e os seus Estados-Membros doaram, em 2013, 56,5 mil milhões de euros para ajudar países de todo o mundo e contribuíram decisivamente para as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio foram acordados em 2000 no âmbito da ONU, por 191 países, para serem alcançados até 2015. Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que vão da redução para metade da pobreza extrema, à luta para travar a propagação do VIH/SIDA e à garantia do ensino primário para todas as crianças, são:

- 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome
- 2 - Atingir o ensino básico universal
- 3 - Promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil
- 5 - Melhorar a saúde materna
- 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
- 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental
- 8 - Estabelecer uma Parceria Mundial para o desenvolvimento

Ao longo da última década, graças ao financiamento europeu, 13,7 milhões de crianças puderam frequentar a escola primária, mais de 70 milhões de pessoas tiveram acesso a água potável de melhor qualidade e mais de 7,5 milhões de nascimentos foram assistidos por pessoal de saúde qualificado, salvando a vida de mães e bebés. Mais alguns dos resultados dos programas da Comissão Europeia no período 2004-2012:

- 7,7 milhões de pessoas receberam educação e formação técnica e profissional;
- 46,5 milhões de pessoas beneficiaram de transferências sociais a favor da segurança alimentar;
- 1,2 milhões de professores do ensino primário receberam formação;
- 37 000 escolas foram construídas ou renovadas;
- 300 000 novos alunos do sexo feminino matricularam-se no ensino secundário;
- 18,3 milhões de bebés com menos de um ano foram vacinados contra o sarampo;
- Foram distribuídos 18 milhões de mosquiteiros tratados com inseticida;
- 24,5 milhões de pessoas beneficiaram da ligação a redes de saneamento;
- Mais de 711 milhões de eleitores beneficiaram de missões de observação eleitoral;
- 87 000 km de estradas foram mantidos, construídos ou reabilitados.

Ajuda ao desenvolvimento da UE

A política europeia de cooperação para o desenvolvimento em 2015: 15 factos importantes

(<https://europa.eu/eyd2015/pt-pt/content/eu-development-aid>)

1. A UE presta ajuda aos países que dela mais necessitam.

A ajuda europeia ao desenvolvimento é distribuída por cerca de 150 países no mundo, que vão do Afeganistão ao Zimbabué. No entanto, nos últimos anos, vários países em desenvolvimento conheceram um crescimento económico forte e conseguiram reduzir a pobreza.

A partir de 2014, a UE irá, por conseguinte, suprimir gradualmente as ajudas diretas a grandes países, como a Índia, e a países como a Malásia ou muitos países da América Latina, num processo conhecido por «graduação». Em vez disso, centrará cada vez mais a ajuda ao desenvolvimento nos países mais pobres do mundo.

No período de 2014-2020, cerca de 75 % da ajuda da UE será concedida a estes países, que, além do mais, são muitas vezes duramente atingidos por catástrofes naturais ou conflitos, o que torna os seus cidadãos particularmente vulneráveis. Importa igualmente referir que a UE é o único doador a nível mundial que presta apoio em todos os países frágeis ou em situação de conflito.



2. A UE ajuda a melhorar a vida de milhões de pessoas.

Em 2000, os países de todo o mundo adotaram de comum acordo os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, a alcançar até 2015. Esses objetivos vão da redução para metade da pobreza extrema à luta para travar a propagação do VIH/SIDA e à garantia do ensino primário para todas as crianças. A UE desempenhou um papel de liderança nas negociações sobre esta iniciativa.

Ao longo da última década, graças ao financiamento europeu, quase 14 milhões de crianças puderam frequentar a escola primária, mais de 70 milhões de pessoas tiveram acesso a água potável de melhor qualidade e mais de 7,5 milhões de nascimentos foram assistidos por pessoal de saúde qualificado, salvando a vida de mães e bebés.

Estas são algumas das formas pelas quais a UE está a contribuir para atingir os referidos objetivos, mas há ainda muito a fazer para eliminar a pobreza.



3. A ajuda da UE é transparente e é fácil saber para onde vai o dinheiro.

A UE tem sido repetidamente classificada entre os doadores de ajuda mais transparentes. As informações sobre o destino, o montante e os beneficiários da ajuda permitem aos contribuintes verificar se o seu dinheiro está a ser utilizado de forma sensata, evitam a sobreposição da ajuda de diferentes doadores e contribuem para prevenir a corrupção e a utilização indevida de fundos.

Existem várias formas de saber para onde vai o dinheiro da UE: o UE Aid Explorer (<https://euaidexplorer.jrc.ec.europa.eu>) permite um acesso fácil a dados completos e exatos sobre o que fazem os doadores em todo o mundo.

O Sistema de Transparência Financeira da Comissão Europeia mostra cada ano quem beneficia de financiamento da Comissão Europeia: (http://ec.europa.eu/budget/fts/about_en.htm).

4. Para prevenir a fraude e a corrupção, a ajuda da UE é regularmente alvo de auditoria e fiscalização.

Os programas da UE são submetidos regularmente a auditorias independentes para confirmar se as contas estão em ordem. Além disso, o Tribunal de Contas Europeu examina projetos específicos e programas nacionais todos os anos. Em caso de suspeita de fraude ou corrupção, o Organismo Europeu de Luta Antifraude procede à devida investigação. A Comissão Europeia e as delegações da UE nos países beneficiários supervisionam e fiscalizam, inclusivamente através de visitas regulares, os projetos e programas que financiam.

Os peritos externos também visitam os locais onde são realizados os projetos e examinam os resultados do financiamento da UE. Se, no contexto deste sistema de controlo e avaliação, surgir uma suspeita grave de que os fundos estão a ser utilizados de forma abusiva, a UE pode suspender o financiamento e tomar as medidas necessárias, que podem ir até à recuperação de fundos.

5. A UE e os seus Estados-Membros, em conjunto, são os doadores de ajuda pública ao desenvolvimento mais generosos a nível mundial.

A União Europeia e os seus Estados-Membros são o maior doador de ajuda do mundo. Em 2013, forneceram mais de metade da ajuda pública ou «ajuda oficial ao desenvolvimento», como definida pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE). Em conjunto, disponibilizaram nesse ano 56,5 mil milhões de euros para ajudar países de todo o mundo a combater a pobreza.

Alguns países da UE reduziram as suas verbas de ajuda ao desenvolvimento durante a crise económica na Europa, mas os montantes totais parecem estar agora a aumentar novamente — embora abaixo dos níveis que a Europa tinha prometido. Para mais informações sobre os montantes da ajuda consultar: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-388_pt.htm.

6. Os países em desenvolvimento têm uma importante palavra a dizer sobre a forma como a ajuda da UE é gasta e onde deve ser aplicada.

A «Agenda para a Mudança» da UE contém mais informações sobre este princípio, denominado «apropriação nacional». Esta agenda define igualmente o modo como a ajuda da UE se concentrará futuramente em certos setores, nomeadamente a boa governação, os direitos humanos, a democracia, a saúde e a educação, mas também a agricultura e a energia.

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX%3A52011DC0637&qid=1412922281378>.



7. A UE confia a organizações com experiência adequada a execução dos seus projetos de desenvolvimento no terreno.

A UE concede frequentemente financiamento a organizações não governamentais. Pode tratar-se, por exemplo, de uma associação local de mulheres juristas que ajuda as mulheres a defender os seus direitos ou de uma organização internacional de renome no domínio da defesa dos direitos humanos, como a Amnistia Internacional. Tentamos, deste modo, garantir que o dinheiro da UE é utilizado da melhor forma possível por quem conhece melhor os países e

possui mais experiência prática em cada domínio. Encontramos também parceiros com muita experiência entre as agências das Nações Unidas, como a UNICEF ou a Organização para a Alimentação e a Agricultura, ou as agências de desenvolvimento dos Estados-Membros da UE.

8. A UE faz participar as organizações da sociedade civil no planeamento da sua cooperação com os países parceiros.

Ao elaborar os seus programas, a União Europeia não só colabora com os governos como também garante que os debates sejam alargados às organizações da sociedade civil: organizações não governamentais, sindicatos, grupos de defesa dos direitos humanos, organizações ambientais, câmaras de comércio e muitas outras. Para mais informações, consultar a comunicação da UE sobre o compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações externas:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0492:FIN:pt:PDF>

9. Cerca de 25 % da ajuda da UE é concedida diretamente aos governos para que possam cumprir a sua missão, de acordo com as prioridades que eles próprios definem, em estreito diálogo com a UE.

A isto chama-se «apoio orçamental». Trata-se de dotar os países dos instrumentos necessários para assumirem a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento, por exemplo através de reformas e da modernização do seu sistema educativo ou do setor agrícola. Ao conferir aos governos dos países em desenvolvimento a responsabilidade pela condução do processo, a UE apoia diretamente as políticas e sistemas dos próprios países, a fim de obter resultados duradouros.

Ao mesmo tempo, a UE faz depender o apoio orçamental de um diálogo permanente com os governos, no âmbito do qual se discutem temas importantes como a boa governação e a gestão dos fundos públicos. Estes contactos incluem igualmente avaliações regulares dos resultados em termos de redução da pobreza e de desenvolvimento sustentável. Se quiser saber mais sobre as diversas modalidades de utilização do apoio orçamental pela UE, consulte a comunicação sobre a nova abordagem da UE neste domínio: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0638&qid=1413541030118>



10. A UE dispõe de 139 delegações e representações em todo o mundo, mais do que qualquer dos seus Estados-Membros. Ao mesmo tempo, a ajuda externa europeia representa menos de um décimo do orçamento da UE.

Em 2013, a UE reservou para a ajuda externa um montante total de 14,86 mil milhões de euros, o que representa cerca de 9 % do seu orçamento global. Isto significa que ajudar a retirar as pessoas da pobreza em todo o mundo custa a cada cidadão europeu não mais de 8 cêntimos por dia.

11. Em muitos países, a UE e os Estados-Membros conjugam os seus esforços de desenvolvimento para assegurar a coordenação das suas ações e evitar a duplicação das medidas.

Em mais de 40 países demos início à «programação conjunta». Isto significa que a UE e os seus Estados-Membros avaliam em conjunto os principais problemas e desafios de um país em desenvolvimento e, em seguida, definem os setores em que deverão centrar-se, antes de elaborarem um quadro comum para o seu trabalho. A forma como o trabalho pode ser dividido é decidida com base nos pontos fortes, conhecimentos especializados e vantagens comparativas de cada doador.

Sempre que possível, o Governo do país beneficiário assume um papel de liderança neste processo, para que as suas próprias estratégias de planeamento e de desenvolvimento sejam tidas em conta. Cada doador continua a ser responsável pelo seu próprio programa, mas no quadro de uma resposta conjunta. Os doadores interessados exteriores à UE podem igualmente participar na programação conjunta.

12. A UE envida grandes esforços para garantir que o seu trabalho em áreas como o comércio e as finanças, a agricultura, a segurança, as alterações climáticas ou a migração ajuda a erradicar a pobreza nos países em desenvolvimento.

A isto chamamos «coerência das políticas para promover o desenvolvimento». Muitas das ações realizadas pela UE e os seus Estados-Membros nestes domínios estão relacionadas com o desenvolvimento. Por exemplo, a UE está a abrir



cada vez mais o grande mercado único europeu aos países em desenvolvimento, contribuindo assim para gerar crescimento económico e emprego nesses países. Celebrou também acordos com vários países para combater a exploração ilegal de madeira e garantir que a madeira importada para a Europa é extraída legalmente.

Outro exemplo digno de nota é a legislação adotada pela UE para melhorar a transparência dos acordos comerciais na indústria extrativa: todos os pagamentos aos governos superiores a 100 000 euros feitos por grandes empresas europeias da indústria extrativa e de exploração da floresta primária terão de ser tornados públicos.

Deste modo, a sociedade civil dos países ricos em recursos naturais, como o petróleo ou os minerais, terá a informação de que necessita para pedir contas aos governos pelos rendimentos obtidos através da exploração desses recursos. Para mais informações sobre a coerência das políticas para promover o desenvolvimento, consultar o seguinte relatório:<https://ec.europa.eu/europeaid/node/45425>

13. A ajuda humanitária da UE e a cooperação para o desenvolvimento são diferentes, mas estão interligadas.

A ajuda humanitária contribui para salvar vidas em situações de crise e para dar resposta às necessidades básicas das pessoas, por exemplo mediante o fornecimento de alimentos, abrigo ou cuidados médicos em cenários de conflito ou após catástrofes naturais. A cooperação para o desenvolvimento apoia os países a médio e a longo prazo, de modo a que possam superar a pobreza e ter um crescimento económico sustentável que beneficie toda a sociedade. A UE está a trabalhar intensamente no sentido de garantir que a transição da fase de ajuda de emergência para a ajuda ao desenvolvimento decorre de forma harmoniosa e coordenada.

Mas precisamos de ir mais longe: muitas regiões do mundo sofrem crises recorrentes, por exemplo em virtude das alterações climáticas. Os especialistas em ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento necessitam de trabalhar em conjunto a fim de ajudar as sociedades dos países afetados a tornarem-se mais resilientes. Tal pode implicar o reforço da capacidade de resposta dos países a situações de emergência ou a melhoria dos seus sistemas de saúde e de educação. Mas pode também implicar o apoio aos mercados alimentares, às comunidades locais e às próprias pessoas, para que possam prevenir e gerir os riscos e recuperar rapidamente dos choques provocados por secas, violência, conflitos ou catástrofes naturais.



14. Conseguiu-se reduzir a percentagem de pessoas extremamente pobres em mais de metade desde 1990 a nível mundial.

De acordo com a definição internacional de «pobreza extrema», encontra-se nesta situação quem tem menos de 1,25 dólares por dia para viver. O número de pessoas abaixo desta linha diminuiu em 700 milhões desde 1990. A UE contribuiu para este resultado, por exemplo, ao ajudar a construir e reparar mais de 87 000 km de estradas, para que as pessoas possam transportar mercadorias e alimentos nos seus países, reforçando as economias locais. A UE forneceu também dinheiro ou géneros a mais de 46 milhões de pessoas, com o objetivo de garantir a sua segurança alimentar.

Mas há ainda muito a fazer: atualmente, 1,2 mil milhões de pessoas são extremamente pobres e uma em cada oito pessoas no mundo não tem o suficiente para comer.

15. Os europeus consideram que temos a responsabilidade de ajudar as populações dos países pobres, e muitos estão prontos a dar o seu contributo neste contexto.

Uma sondagem recente do Eurobarómetro a 28 000 cidadãos europeus mostrou que uma grande maioria dos europeus (85 %) pensa que é importante ajudar as populações nos países em desenvolvimento. A maior parte das pessoas concorda igualmente que a luta contra a pobreza nestes países deve ser uma das principais prioridades da UE e que deveríamos conceder mais ajuda ao desenvolvimento. Uma grande maioria considera ainda que a ajuda aos países mais pobres tem um efeito positivo para os europeus como contrapartida.

Uma em cada duas pessoas pensa que todos os indivíduos podem desempenhar um papel importante na luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento, e quase metade estariam dispostas a pagar mais por alimentos ou outros produtos provenientes desses países. Para os cidadãos europeus, o voluntariado constitui a forma mais eficaz de prestar ajuda (75 %), seguido da ajuda pública dos governos (66 %) e dos donativos a organizações que prestam ajuda aos países em desenvolvimento (63 %).

APACRA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA MINHOTA

LARGO CONSELHEIRO NORTON DE MATOS N.º 37

4990-144 PONTE DE LIMA

TELF.: 258 938 405

E-MAIL: apacra@gmail.com